

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.603.701 - RJ
(2019/0311036-1)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : CAIO CAVALHEIRO PETRY
ADVOGADOS : MARIA ISABELLA BASÍLIO DA GRAÇA COUTO - RJ209134
FELIPE CIANNI DE LARA RESENDE - RJ207231
EMBARGADO : DEUTSCHE LUFTHANSA AG
ADVOGADOS : PAULA RUIZ DE MIRANDA BASTOS - RJ089119
PATRICIA DE ALCÂNTARA ABRANTES - RJ181511

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra a decisão em que neguei provimento ao agravo em recurso especial interposto pelo embargante.

Em seu recurso, o embargante sustenta a existência de omissão, dada a ausência de análise do seu pedido de litigar sob o pálio da justiça gratuita.

A parte embargada, devidamente intimada, apresentou impugnação pela manutenção da decisão (fls. 477-482, e-STJ).

Assim posta a questão, passo a decidir.

Não se verificam as contradições apontadas, devendo-se manter o acórdão recorrido por seus próprios fundamentos. Estão ausentes os pressupostos que dariam ensejo à sua oposição: omissão, obscuridade ou contradição.

Com efeito, o julgado embargado é claro em suas premissas e objetivo em suas conclusões, inexistindo vício a ser sanado. Apenas, a solução prestigiada não corresponde à desejada pelos embargantes, circunstância que não eiva o acórdão de nulidade.

Anoto que, não se desconhece o entendimento firmado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, para fins de concessão do benefício da justiça gratuita em favor das pessoas naturais, basta "*a simples afirmação de se tratar de pessoa necessitada, porque presumida, juris tantum, a condição de pobreza, nos termos do artigo 4º da Lei nº 1.060/50*" (EREsp 1.055.037/MG, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Corte Especial, DJe 14/9/09).

A jurisprudência do STJ, no entanto, também consagrou o entendimento de que "*o magistrado pode indeferir ou revogar o benefício, havendo fundadas razões acerca da condição econômico-financeira da parte ou, ainda, determinar que esta*

comprove tal condição, haja vista a declaração de hipossuficiência de rendas deter presunção relativa de veracidade, admitindo prova em sentido contrário" (STJ, AgRg no AREsp 363.687/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 1/7/2015).

Confira-se, ainda:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO. PRESUNÇÃO 'JURIS TANTUM'. INDEFERIMENTO PELO JUIZ. REVISÃO NO STJ. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a declaração de pobreza, para fins de obtenção da assistência judiciária gratuita, tem presunção 'juris tantum', podendo ser indeferida pelo magistrado, fundamentadamente.

2. (...)

3. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (AgRg no Ag 1.259.549/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 27/6/2011).

Anoto que a Corte local após avaliar o acervo probatório, concluiu que o embargante não fazia jus à benesse da justiça gratuita (fl. 378, e-STJ).

Assim sendo, o pleito não se trata de ausência de observância das regras processuais apontadas pelo embargante, e sim, de reexame, com o fito de contrariar a conclusão da Corte de origem, sendo essa reanálise, no recurso especial, obstada pelo Enunciado Sumular n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. A jurisprudência desta Corte orienta que pode o juízo, embora haja declaração da parte de sua hipossuficiência jurídica para fins de concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, investigar sobre a real situação financeira do requerente, haja vista a presunção relativa de veracidade que ostenta a declaração.

2. O acórdão recorrido baseou-se na interpretação de fatos e provas para confirmar o indeferimento da assistência judiciária gratuita. A

Superior Tribunal de Justiça

apreciação dessa matéria em recurso especial esbarra na Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 889.259/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 21/10/2016)

Verifico, assim, que o embargante pretende, sob o pretexto de existência de omissão, o rejugamento da causa. Os embargos de declaração não se prestam ao rejugamento ou, simplesmente, ao prequestionamento de normas jurídicas ou temas que, segundo a ótica da parte, deveriam guiar ou conduzir a solução do litígio.

Eles servem para suprimento de omissões e esclarecimento de dúvidas e contradições do julgado, de tal forma que, se existentes tais vícios, sua correção venha eventualmente a prequestionar os pontos levantados pela parte (AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 1º/3/2016).

Em face do exposto, rejeito os embargos, nos termos do acima exposto.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora